



ACÓRDÃO Nº612/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11201/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Antônio Ademir Stroski (Ordenador de Despesa), Luis Henrique Piva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 268/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual, do **Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM**, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **Antônio Ademir Stroski, Presidente** do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual, do **Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM**, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **Luis Henrique Piva, Secretário Executivo** do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.



ACÓRDÃO Nº612/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Dar quitação ao Senhor **Antônio Ademir Stroski**, Presidente do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.4. Dar quitação ao Senhor **Luis Henrique Piva**, Secretário Executivo do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.5. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.5.1. Ausência de informações sobre admissões, exonerações e fichas financeiras, nas pastas funcionais dos servidores.

10.5.2. Ausência da Declaração de Bens do Ordenador de Despesas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH.

10.5.3. Ausência do Parecer do dirigente do Órgão de Controle Interno junto à Prestação de contas, consoante o que prescreve o Inciso III, do Art. 10 da Lei nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE-AM), C/C o art. 77, do Decreto Estadual nº 7.682/83.

10.5.4. Disponibilidade de caixa, no final do exercício. Pede-se ao gestor esclarecimento em razão desta importância ter permanecido sem movimentação, deixando de ser aplicado em ações de interesse público.

10.5.5. Prática reiterada de conduta omissiva ilegal em afronta ao art. 37 da CF/88, à Lei de Responsabilidade Fiscal e à própria Lei Estadual nº 3.167/2007 em face da baixa execução orçamentária do Fundo e ausência de destinação de recursos para atingimento de seus objetivos de criação.

10.5.6. Burla à legislação, uma vez que o art. 35, parágrafo único, da Lei nº 3.167/2017, impõe que “serão despendidos até 7,5% (sete e meio por cento) dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos com despesas de custeio e pessoal, destinando-se o restante, obrigatoriamente, para a efetiva elaboração de projetos e execução de obras e serviços do Plano Estadual de Recursos Hídricos.



ACÓRDÃO Nº612/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Junho de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral